

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE
GEOLOGIA, MINERAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO MINERAL



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 26/04/2024
ATA Nº 447

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, ordinariamente, às 9 horas, por videoconferência, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, com a participação da Presidente do Conselho Ana Paula Lima Vieira Bittencourt e dos Conselheiros Titulares Flávia Filippi Giannetti e Carlos Eduardo de Carvalho Pachá. Atuou como Secretária Marília Matos Pereira Lopes Lemes, chefe da Secretaria Geral (SEGER). Também participaram da reunião: o chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Suliman Tadei de Souza; o chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE/DECOF), Flávio Augusto Pinheiro; o chefe do Departamento de Administração de Material e Patrimônio (DEAMP), Henrique Costa de Alcântara; o chefe da Divisão de Patrimônio (DIPATI/DEAMP), Leonardo da Costa Siqueira; o chefe da Governança, Juliano de Souza Oliveira; o chefe da Auditoria Interna (AUDITE), Marcelo Cantuário dos Santos Neto; a Coordenadora Executiva da AUDITE, Luciana Farias Oliveira; o Analista em Geociências da AUDITE Fábio dos Santos Gouvea e o Analista em Geociências da SEGER João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Em seguida, a Presidente do Conselho, Ana Paula Bittencourt, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião. A Secretária Marília Lemes avisou aos presentes que no próximo dia 29 de abril de 2024, às 14:30, seria realizada, presencialmente, no Edifício Sede da CPRM, em Brasília, a Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia (AGO) e que seria necessária a presença de um representante do Conselho Fiscal para acompanhá-la e, eventualmente, esclarecer alguma dúvida dos acionistas. O Conselheiro Carlos Pachá voluntariou-se para participar da AGO. Em seguida, foram discutidos os seguintes assuntos da pauta: **i) Execução Orçamentária.** O chefe do DECOF, Suliman Tadei, informou ao Conselho Fiscal que a necessidade de utilização de certificados digitais do SERPRO para a utilização do SIAFI, em face do recente ataque cibernético sofrido, não teve impacto sobre a CPRM uma vez que os operadores do sistema já detinham tais certificados. Comentou ainda ter tido vários contatos com a Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF) onde foram dadas várias orientações quanto aos perfis e outras configurações. A Conselheira Flávia Giannetti, representante do Tesouro, informou ter feito contato com o chefe da DICOGE, Flávio Pinheiro, sobre essa questão do ataque cibernético e suas repercussões em termos da rotina de utilização. A seguir, o chefe do DECOF discorreu sobre a execução orçamentária da LOA em 2024, onde, para as ações discricionárias, até aquela data, registrava-se 17% em despesas empenhadas; 9% em despesas liquidadas e 7% em despesas pagas. De um total aproximado de R\$ 32 milhões em Restos a Pagar Não Processados Inscritos, foram pagos cerca de R\$ 11,657 milhões. A Presidente Ana Paula Bittencourt indagou como estava sendo tratado o descasamento do orçamentário do financeiro, pois este poderia gerar encargos. Suliman Tadei informou que estavam sendo priorizados os pagamentos de despesas fixas de funcionamento, tais como água e luz, e dos contratos de terceirização. **ii) Assuntos da Contabilidade.** O Chefe da DICOGE, Flávio Pinheiro, informa que as certidões, conforme solicitado em reunião anterior, estariam sendo disponibilizadas ao Conselho através do processo SEI nº 48086.003398/2024-45, e que já teria solicitado às Unidades Regionais para encaminharem as certidões municipais correspondentes. O Conselho Fiscal registrou que as certidões serão acompanhadas em todas as reuniões. Flávio Pinheiro informou que incluirá no referido processo uma tabela com o controle das certidões. Informou também que a DICOGE já teria fechado o balancete do primeiro trimestre de 2024, tendo o mesmo sido enviado para a Auditoria Independente. A Presidente Ana Bittencourt indagou sobre o andamento do trabalho da Auditoria Independente, tendo o chefe da DICOGE respondido que ainda haveriam dúvidas por parte dos auditores, mas que as mesmas têm diminuído. Comentou que a previsão seria de receber os auditores na semana de 06 de maio. Perguntou aos membros do Conselho Fiscal se a preferência seria por ter acesso mensalmente ou trimestralmente ao balanço, tendo ficado acertado que o Conselho Fiscal fará trimestralmente o exame das demonstrações contábeis. Sobre as demonstrações do primeiro trimestre de 2024, destacou que o prazo para os auditores independentes apresentarem seu relatório seria de sessenta dias após o trimestre, ou seja, no final de maio, não havendo tempo para que tais documentos sejam apresentados ao Conselho em sua reunião de maio. Sendo assim, na reunião de maio serão apresentadas as três demonstrações intermediárias do exercício de 2023, as quais já teriam a aprovação da Diretoria Executiva da CPRM. Sobre a desapropriação das ações em mãos de empresas hoje privadas, o chefe da DICOGE informou que tendo o voto da União na AGO do dia 29 de abril, seriam iniciadas as tratativas junto ao MME para a obtenção dos recursos. Sobre o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital –

AFAC, informou que, também passada a AGO, encaminhariam para a Diretoria Executiva um pedido de autorização para o aumento de capital. A Conselheira Flávia Giannetti indagou sobre o processo de contratação do teste de *impairment*, ao que Flávio Pinheiro mencionou ter sido informado que a licitação ocorreria em meados do presente ano. O Conselho Fiscal manifestou preocupação com a recuperação dos créditos junto à Receita Federal, já que o prazo máximo para solicitá-la seria de cinco anos. O chefe da DICOGE informou que tentaria obter um extrato desses créditos junto à Receita, já que as solicitações de recuperação são individuais para cada crédito registrado. A Conselheira Flávia Giannetti pediu informações sobre os extratos dos depósitos judiciais. Flávio Pinheiro informou já terem ocorrido alguns entendimentos junto ao Banco do Brasil, mas como este seria um processo conduzido pelo jurídico, não teria maiores informações. O Conselho Fiscal solicitou informações sobre o registro no balanço do Patrimônio Mineral. O chefe da DICOGE informou que a área responsável pelo Patrimônio Mineral seria a Divisão de Economia Mineral e Geologia Exploratória – DIEMGE, e que através de reuniões e contatos com a equipe daquela divisão, tem informações de que os contratos em torno daquele patrimônio foram organizados, com um gestor indicado para cada um deles, e que o próximo passo seria levantar o que a CPRM teria a receber por eles. Quanto à atualização no balanço, a contabilidade é de opinião de que não se pode refletir eventuais atualizações de valor, já que não se dispõe do histórico completo desse patrimônio, e que segundo as técnicas de contabilidade, o reconhecimento de um ativo deve estar muito bem embasado. O Conselho Fiscal recomendou que tal decisão deve ficar registrada, talvez por uma Nota Técnica. Continuando, o chefe da DICOGE mencionou três assuntos que estará discutindo com a auditoria independente: - a forma de registro das subvenções, o patrimônio mineral e a forma de melhorar o registro de TEDs e Convênios. A Presidente Ana Bittencourt comentou ser importante ter um Plano de Ação para os pontos elencados por Flávio Pinheiro, para que o Conselho tenha um horizonte de quando esperar os resultados. **iii) Assuntos da Auditoria Interna.** O chefe da AUDITE, Marcelo Cantuário, com o apoio da Coordenadora Executiva Luciana Farias Oliveira e do Analista em Geociências Fábio dos Santos Gouvea, apresentou a Nota de Auditoria Nº 1/2024, sobre o Contrato nº 185/2023, firmado com a empresa J. F. Dantas do Nascimento, e o Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE 2023. Ao final, o chefe da AUDITE ofereceu acesso ao Conselho Fiscal do Relatório das Recomendações. A Conselheira Flávia Giannetti pediu para que fossem incluídos na tabela de recomendações os graus de riscos daquelas não implementadas. Após a apresentação da Nota de Auditoria Nº 1/2024, solicitou que fosse verificada a fundamentação para a exigibilidade do Estudo Técnico Preliminar - ETP. **iv) Assuntos da Governança.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Programa de Integridade, *Compliance* e ESG da CPRM, apresentado pelo chefe da Governança, Juliano Oliveira. **v) Demonstrativo de Contratos e Convênios.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos demonstrativos de Contratos e Convênios. Foi comentado pelo Conselho Fiscal que novamente houveram aquisições de veículos. A Secretária Marília Lemes explicou que a CPRM passa por um processo de renovação da frota de veículos. A Presidente Ana Bittencourt reiterou a solicitação para ter acesso ao processo decisório para aquisição dos veículos, já que pode ser mais vantajosa a modalidade *leasing* ou até mesmo aluguel. **vi) Relatório de Dívidas de Clientes.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório de dívidas de clientes. **vii) Atas do Conselho de Administração.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Atas do Conselho de Administração CA 326 e CA 327. **viii) Gestão Patrimonial.** O chefe da DIPATI, Leonardo Siqueira, com o apoio do chefe do DEAMP, Henrique Alcântara, fez uma apresentação sobre a gestão patrimonial na CPRM, onde destacou: 1) A existência de aproximadamente 50.000 bens patrimoniais distribuídos em oito Superintendências, dois Escritórios (Rio de Janeiro e Brasília), três Residências e seis Núcleos, além de Depósitos, Litotecas, Centros de Treinamento e outras instalações, e as dificuldades que tal capilaridade traz para a realização de um inventário; 2) A singularidade dos bens patrimoniais móveis, divididos em bens móveis instalados nas dependências da empresa (mobiliário, ar-condicionados, computadores de mesa, etc...), bens móveis portáteis, que são retirados e devolvidos nos depósitos institucionais pelos técnicos da empresa para campanhas de campo (medidores, leitores, veículos, gps, etc...), e bens móveis instalados fora das dependências da empresa (estações hidrometeorológicas, plataforma de coleta de dados, etc...); 3) Que em 2019 identificou-se que a empresa estava há 10 (dez) anos sem realizar um Inventário Geral, o que afastou o colaborador do entendimento de sua responsabilidade sobre o bem patrimonial e levou a conclusão de que o sistema de controle patrimonial estava defasado e desatualizado, o que impedia o fornecimento de informações consistentes e fidedignas aos dirigentes; 4) A seguinte linha do tempo: 2020 – IGBP 2020 concluído com pendências, 2021 – IGBP 2021 concluído com pendências, 2022 – IGBP 2022 concluído com sucesso, 2023/2024 – Realização facultativa de Inventário conforme normativo interno ADM 01.02-11, e 2025 – IGBP 2025 com realização obrigatória; 5) Que de 2023 a meados de 2024 está sendo feita a regularização de bens sem Número de Registro; 6) em 2024 está sendo realizado o projeto Sucata Zero; 7) De meados de 2024 a meados de 2025 será realizado o processo do Inventário Geral; 8) Em meados de 2025, após a conclusão do Inventário, será efetuado o teste de recuperabilidade; 9) Que a CPRM já está no SIADS, tendo sido atendida a legislação federal sobre o assunto desde 2023, e que está sendo trabalhada a migração do sistema ASI para o SIADS; e 10) A gestão dos bens patrimoniais utilizará a tecnologia RFID – *Radio Frequency Identification*, já tendo sido cadastrada no SIADS uma faixa de identificadores RFID para cada unidade regional, e as etiquetas (*tags*) RFID já seriam coladas nos bens ao longo da realização do inventário. Ao final de sua apresentação, Leonardo Siqueira explicou que a realização do teste de recuperabilidade deverá ocorrer após a conclusão do Inventário Geral, prevista para meados de 2025, o que garantiria resultados muito mais confiáveis. A Conselheira Flávia Giannetti comentou que o teste de *impairment* era esperado para ocorrer ainda neste ano, refletindo no balanço de 2024. A Presidente Ana Bittencourt recomendou que fosse verificada a existência de algum

prazo legal para a realização do teste de *impairment*. Leonardo Siqueira sugeriu uma conversa com os auditores independentes sobre o assunto. A Secretária Marília Lemes opinou no sentido da necessidade de um estudo sobre a legislação para determinar a periodicidade exigida para o teste de *impairment*. O Conselho Fiscal agradeceu a participação de Henrique Alcântara e Leonardo Siqueira. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT
Presidente

FLAVIA FILIPPI GIANNETTI
Conselheira

CARLOS EDUARDO DE CARVALHO PACHÁ
Conselheiro

MARÍLIA MATOS PEREIRA LOPES LEMES
Secretária



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA FILIPPI GIANNETTI, Membro do Conselho Fiscal**, em 13/09/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARILIA MATOS PEREIRA L. LEMES, Analista em Geociências**, em 17/09/2024, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DE CARVALHO PACHA, Membro do Conselho Fiscal**, em 20/09/2024, às 07:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT, Presidente do Conselho Fiscal**, em 07/10/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2117115** e o código CRC **1FA51C45**.